

Direitos humanos, um longo caminho a ser percorrido

Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos foram celebrados pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado. Representantes de diversos movimentos sociais sugeriram reflexão sobre os avanços e o que ainda precisa ser feito. **8**



Paim (D) e participantes da audiência pública na CDH acompanham apresentação de Mãe Railda Rocha Pitta

Márcia Kolumbe

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.944 – Brasília, sexta-feira, 12 de dezembro de 2008



Gerardo Magalhães

Reunião de líderes definirá o futuro da PEC dos Vereadores

Proposta que recria mais de 7 mil cargos de vereadores poderá ser votada ainda este ano se receber aval na reunião de líderes na próxima semana, segundo prevê o presidente do Senado, Garibaldi Alves. Relator do projeto, César Borges acredita que a primeira votação deverá ocorrer já na próxima terça-feira. **3**

Tributação única para sacoleiros vai à sanção

Emenda do Senado a projeto que cria regime de tributação unificada para a importação de mercadorias do Paraguai por via terrestre foi aprovada ontem pela Câmara dos Deputados. **5**

Câmara aceita mudanças na Lei do Gás

Vai à sanção presidencial projeto que institui a Lei do Gás, depois que a Câmara dos Deputados aprovou emendas do Senado à proposta, resultante de amplo acordo. **5**

Cadeirante acompanha a sessão especial no Plenário do Senado

Rede Sarah faz 48 anos e recebe homenagem

O Plenário do Senado homenageou ontem os 48 anos da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, que se tornou referência mundial no tratamento das doenças do aparelho locomotor. Senadores e deputados ressaltaram a qualidade da administração dos recursos financeiros na instituição. Entre os convidados, estava Aloysio Campos da Paz, idealizador da rede. **4**

Acesso a dados sobre pedofilia deverá ter regras

CPI apresentará projeto que regulamenta a forma e os prazos de preservação de dados sobre pedofilia na internet. **2**

Garibaldi Alves, ao lado de Arlindo Chinaglia, conversa com o arcebispo de Brasília, d. João Braz de Aviz, depois da celebração da missa em ação de graças pelos trabalhos do Congresso Nacional este ano. **3**



J. Freitas



Geraldo Mesquita Júnior, Magno Malta e Virgínio de Carvalho são membros da comissão que irá apresentar o projeto de lei

CPI quer regras de acesso a dados sobre pedofilia

Projeto de lei proposto pela comissão obriga provedores e gestores de conteúdo na internet a cadastrar usuários, gravar os acessos e cumprir prazo para fornecer os dados

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) da Pedofilia deve apresentar, na próxima semana, projeto de lei que regulamenta a forma, os prazos e os meios de preservação e fornecimento de dados de internautas investigados pela prática de crimes contra crianças e adolescentes. As novas regras valerão para provedores de serviços de acesso à rede, como provedores e empresas de telecomunicações, e de conteúdo ou interativo.

A proposta determina que sejam armazenados pelas empresas os dados da conexão ou usuário e o conteúdo. Em relação à conexão deverão ser mantidos a hora de início e término e a duração do acesso à rede, assim como o endereço de Protocolo de Internet (IP, na sigla em inglês) e o local de origem da

conexão. O texto propõe ainda que a atribuição de um endereço IP fique condicionada ao prévio cadastro do destinatário.

Também devem ser mantidos pelos provedores e pelas teles, conforme o projeto, dados cadastrais do usuário, como nome, endereço e número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). No que se refere ao conteúdo, deverão ser mantidos, entre outros, áudio, vídeo, imagens e textos.

Esse conjunto de informações deverá ser armazenado por três anos, quando se tratar de fornecedores de serviço de acesso, e por seis meses, para serviço de conteúdo ou interativo. Quando requisitados pelas autoridades policiais ou pelo Ministério Público, os dados solicitados deverão ser fornecidos em até

duas horas, quando houver risco iminente à vida; até doze horas, quando houver risco à vida; e em até três dias, nos demais casos.

O projeto determina ainda que, no caso de bloqueio do acesso à internet pela prática de crimes, a provedora deve preservar as provas e comunicar o fato às autoridades em até 72 horas.

A CPI, que é presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES) e tem como relator o senador Demostenes Torres (DEM-GO), também está negociando os termos de um acordo de cooperação com as teles e provedores de acesso à rede. O documento, que deverá ser assinado por empresas, Polícia Federal, Ministério Público, Comitê Gestor da Internet e Safernet Brasil, visa combater a pedofilia na internet.

LexML divulga documentos dos três Poderes

Já está disponível na internet o Portal LexML – Rede de Informação Legislativa e Jurídica, com cerca de 75 mil documentos contendo informações legislativas e jurídicas do Senado, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Câmara dos Deputados.

Em fase experimental até fevereiro, o Portal LexML é resultado de trabalho conjunto desses órgãos e deverá incluir os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – na esfera federal, estadual e municipal.

A previsão é de que cerca de 500 mil documentos estejam no portal à disposição do público a partir de 2009, integrando a recuperação da informação legislativa e jurídica das três esferas administrativas (federal, estadual e municipal) e dos três Poderes da República, com hiperlinks persistentes e tratamento padronizado do texto.

O Portal LexML está hospedado em servidores do Programa Interlegis e tem diversos recursos de pesquisa que facilitam a busca por informações legislativas e jurídicas armazenadas em servidores e instituições de todo o país. As formas de pesquisa



foram elaboradas de modo a facilitar ao máximo o acesso às informações.

Sistema VIP

A imagem e o áudio da TV Senado já estão disponíveis em todos os computadores da Casa no chamado sistema VIP. O sistema, que antes era acessível apenas para alguns setores, agora pode ser acionado em qualquer computador da rede interna (Intranet) do Senado. São dezessete canais de TV: dois da TV Senado, dois do ILB (Instituto Legislativo Brasileiro), cinco canais para comissões permanentes do Senado

(Assuntos Econômicos; Assuntos Sociais; Constituição, Justiça e Cidadania; Educação, Cultura e Esporte; e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização), a TV Justiça e a TV Câmara, dois canais de Plenário; Globo News, Band News, SporTV1 e Interlegis.

O sistema serve aos senadores e servidores que, assim, poderão acompanhar os trabalhos das comissões e do Plenário do Senado e ainda assistir aos canais de serviços e treinamento. O objetivo é facilitar e ampliar o acesso às informações e a transparência das ações legislativas.

Márcia Kolomo

Eleito para a Corte de Haia participa de audiência na CRE

Eleito para a Corte Internacional de Haia com a maior votação da história, o professor brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade participará na próxima quinta-feira de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ele deverá fazer uma exposição sobre o papel das cortes internacionais na defesa dos direitos humanos.

Cançado foi eleito juiz da corte no dia 6 de novembro e tomará posse em fevereiro. Ele recebeu os votos de 163 países representados na Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), onde foi aplaudido de pé. Também recebeu 14 dos 15 votos do Conselho de Segurança da ONU, dada a abstenção dos Estados Unidos.

Professor de Direito Internacional Público da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Rio Branco, Cançado será o quinto brasileiro a integrar a Corte

Internacional de Justiça. Antes dele, estiveram em Haia José Philadelpho de Barros Azevedo, de 1946 a 1951; Levi Fernandes Carneiro, de 1951 a 1955; José Sette Câmara, de 1979 a 1988; e Francisco Rezek, de 1996 a 2006. Ex-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Cançado recebeu neste ano o IX Prêmio USP de Direitos Humanos, na categoria individual.

A Corte Internacional de Haia, fundada em 1945, é o principal órgão judiciário da ONU. Ela é composta por 15 juizes, dos quais cinco são renovados a cada três anos. Cançado foi, portanto, eleito juntamente com quatro outros juizes em novembro. Todos terão mandatos de nove anos.

A audiência pública será realizada em razão de requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O evento ocorrerá no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

Eletrosul e Diap receberão homenagens do Plenário

O Senado realizará sessão especial na próxima terça-feira, às 11h, para comemorar os 40 anos da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., por solicitação da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) – foto. No mesmo dia, durante o período do expediente que antecede a sessão plenária deliberativa, às 14h, os senadores homenagearão o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) pelo seu 25º aniversário.

Subsidiária da Centrais Elétricas do Brasil S.A. (Eletrobrás), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a Eletrosul é uma sociedade de economia mista de capital fechado, concessionária de serviços públicos de transmissão e geração de energia elétrica.

A empresa tem sede em Florianópolis (SC), atuação preponderante nos

estados do Sul e em Mato Grosso do Sul e um quadro formado por 1.571 profissionais.

Diap

A homenagem ao Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar foi solicitada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que elogia o trabalho da entidade no assessoramento à classe trabalhadora junto ao Congresso Nacional. Paim lembra que o Diap foi idealizado pelo advogado trabalhista Ulisses

Riedel de Resende e que, atualmente, é composto por mais de mil entidades, sendo 90 do Distrito Federal.

– O Diap respeita todos os posicionamentos, tendo a verdade como seu principal compromisso – afirmou Paim.

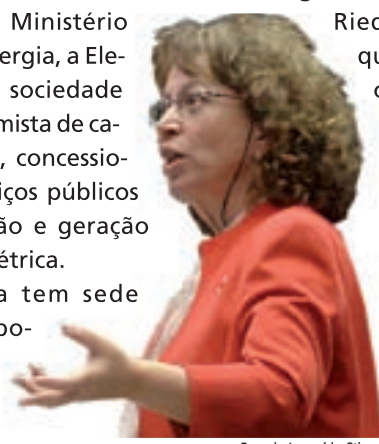


Foto de Leopoldo Silva

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão às 9h é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão João Durval (PDT-BA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Fórum do Legislativo

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho, participa às 9h, na Casa da Indústria, em Natal, do Fórum de Integração do Legislativo.



Garibaldi, Chinaglia, Flexa Ribeiro, Tuma e Maciel (na primeira fila), entre outros, assistem à missa em ação de graças, celebrada pelo arcebispo d. João Braz de Aviz



J. Freitas

Garibaldi: "AI-5 é uma lição que não pode se repetir"

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou ontem em entrevista à imprensa que "a passagem dos 40 anos de assinatura do Ato Institucional 5, em 13 de dezembro de 1968, deve ser lembrada como uma lição que não pode, nem de longe, se repetir", porque acabou levando o país a um regime ditatorial.

No dia 13 de dezembro de 1968 o Brasil foi informado em cadeia nacional de rádio sobre a edição do AI-5 – o quinto de uma série de decretos emitidos nos anos seguintes ao golpe de 1964 –, frisou o presidente do Senado.

Esse ato institucional acentuou e fortaleceu o caráter ditatorial do regime militar instaurado em 1964: determinou o fechamento do Congresso e das assembleias legislativas (que ficaram, oficialmente, "em recesso") e deu ao presidente da República plenos poderes, como cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juizes e outros funcionários, suspender o *habeas corpus* em crimes contra a segurança nacional e legislar por decreto.

Assinado pelo presidente Artur da Costa e Silva, o ato oficialmente era uma repescagem à decisão da Câmara que se negara a conceder licença para abertura de processo contra o deputado Márcio Moreira Alves, que fizera discurso pedindo ao povo brasileiro que boicotassem as festividades do dia 7 de Setembro e sugerindo que as moças não namorassem integrantes das Forças Armadas.

Plenário poderá votar ainda este ano PEC dos Vereadores

Líderes partidários devem decidir em reunião na próxima semana se a proposta será incluída logo na ordem do dia para deliberação, informou Garibaldi Alves

A PROPOSTA DE emenda constitucional que recria 7.343 cargos de vereadores poderá ser votada ainda este ano pelo Plenário do Senado. Isso dependerá de decisão de reunião de líderes partidários a ser realizada na próxima semana, afirmou ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves.

O relator da matéria, senador César Borges (PR-BA), adiantou, no entanto, que já houve acordo dos líderes para que a matéria seja examinada na semana que vem, em dois turnos, com a primeira votação ocorrendo terça-feira.

César Borges também afirmou que, caso a PEC dos Vereadores seja aprovada este ano, ficará a cargo da Justiça Eleitoral decidir como a emenda será aplicada e se já valerá para a eleição que se realizou em outubro.

– O texto fixa o número exato de vereadores e diz que a modificação vale para 2008. Se for aprovada em dois turnos no Senado na próxima semana, existe a possibilidade de aplicação imediata da lei. Mas quem a aplica, nesse caso, é a Justiça Eleitoral. Já cumprimos nosso papel constitucional – disse.

O parecer aprovado quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) manteve o artigo 1º da proposta original, que distribui por 24 faixas o número de vereadores, e também o artigo 3º, que dispõe sobre os efeitos da proposta

sobre as eleições deste ano.

Mas o artigo 2º, que previa a redução dos repasses, foi suprimido e transformado em outra proposta – que passou a ser chamada, por isso, de PEC paralela. Essa nova proposição já foi enviada à Secretaria Geral da Mesa, para tramitação.

Segundo César Borges, da forma como estava, o artigo 2º propunha reduções muito drásticas nos gastos das câmaras municipais e não se enquadrava na técnica legislativa.

– Esse artigo foi destacado [suprimido] porque era polêmico. Com ele, a proposta original aumentava o número de vereadores ao mesmo tempo em que cortava despesas. Mas é bom lembrar que a PEC aprovada não aumenta despesas.

Na pior das hipóteses, os gastos ficam como estão. Na melhor das hipóteses, encontraremos alguma forma de cortar gastos – afirmou o senador, ao explicar por que transformou esse artigo em outra proposta.

Por sua vez, Garibaldi Alves declarou em entrevista à imprensa que a decisão da CCJ apenas recompõe as câmaras municipais no formato que estas tinham antes de decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que diminuiu o número de vereadores no Brasil.

Garibaldi Alves ressaltou que o fato de haver uma crise econômica global não impede que questões como essa sejam debatidas, uma vez que não há criação de novas vagas. Ele disse esperar que a PEC paralela seja votada em breve.

– O Parlamento não pode admitir medidas que criem desconfiança. Se a PEC paralela foi criada, que seja votada – assinou o presidente do Senado.

Representatividade

César Borges explicou que entre os benefícios da proposta está o de aumentar a representatividade das câmaras. Afirmou que isso permitirá, inclusive, a presença de vereadores de novas correntes políticas, antes ausentes.

O texto aprovado na CCJ instituiu 24 faixas de composição das câmaras. A primeira fixa o número máximo de nove vereadores para os municípios de até 15 mil habitantes. Já a última faixa determina o número máximo de 55 vereadores para municípios com mais de 8 milhões de habitantes.

A página do Senado na internet divulga tabela com informações sobre o número de vereadores que cada município passará a ter com a aprovação da emenda constitucional.

Caberá ao TSE resolver se medida já valerá para eleições deste ano, diz César Borges

Senador agradece ajuda que teve à frente da Casa

Ao final da missa, em discurso entrecortado pelo choro, Garibaldi Alves afirmou que governar a Casa é uma missão complexa, e no seu caso a tarefa foi mais difícil em virtude das circunstâncias em que assumiu. Há um ano, ele foi eleito presidente do Senado para substituir Renan Calheiros, que renunciara.

Garibaldi disse que foi iluminado por Deus, que reuniu forças para levar à frente sua missão de conduzir o Senado Federal. Ele assinalou que, com a graça de Deus, alguma coisa fez pela instituição.

– Eu queria agradecer a Deus e queria agradecer aos homens. Mas queria agradecer também às mulheres. A uma em especial, que não me deixa errar nunca. Eu até queria errar em alguma coisa, mas a doutora Claudia Lyra [secretária-geral da Mesa do Senado] não deixa. Há também outra mulher que sempre me leva a um estresse total. É a doutora Mônica Freitas [chefe do Cerimonial da Presidência do Senado]. Ela quer que eu chegue a todos os compromissos na hora. O que quero dizer, ao homenagear essas duas funcionárias, é que as grandes e pequenas tarefas, quando feitas com o amor de Deus, são efetivamente bem cumpridas.

Garibaldi agradeceu aos senadores que o ajudaram a presidir a Casa e até aos que o atrapalharam. Ao encerrar o discurso, foi abraçado por d. João Braz, ao lado do monsenhor Marconi Vinícius Ferreira e do padre Adriano Scarparo, que o auxiliaram na celebração.



Garibaldi (3º à esq.), José Alencar e Nelson Jobim, ao lado dos comandantes militares, participam da solenidade

José Alencar

Cerimônia do Dia do Marinheiro exalta a memória de Tamandaré

A Marinha do Brasil comemorou ontem o Dia do Marinheiro, em cerimônia que contou com a presença do vice-presidente da República, José Alencar; do presidente do Senado, Garibaldi Alves; e do ministro da Defesa, Nelson Jobim. Na ocasião, foram condecoradas com a medalha Mérito Tamandaré diversas personalidades que prestaram serviços por meio da divulgação ou de ações de fortalecimento das tradições dessa Força.

A solenidade, patrocinada

pelo comandante da Marinha, almirante-de-esquadra Julio Soares de Moura Neto, foi realizada no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília.

O Dia do Marinheiro é celebrado, tradicionalmente, em 13 de dezembro, data do nascimento do Almirante Tamandaré, considerado herói da pátria e patrono da Marinha. Ele contribuiu, conforme lembrou o Comando da Marinha, para a consolidação da unidade nacional e para evitar a desagregação do país.

Senadores e deputados ressaltam a importância da instituição hospitalar como modelo de eficiência em administração e assistência



Foto de Geraldo Magalhães

Garibaldi Alves (ao centro, na primeira foto, entre Aloysio Campos da Paz e Lúcia Willadino Braga) preside a sessão, que teve a presença de senadores e deputados, entre outros convidados

Senado homenageia os 48 anos da Rede Sarah

O SENADO FEDERAL homenageou ontem os 48 anos da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação. O requerimento para realização da sessão foi apresentado pelo presidente da Casa, senador Garibaldi Alves, o primeiro a falar na cerimônia.

Ao iniciar a sessão, Garibaldi chamou para compor a mesa o médico Aloysio Campos da Paz Júnior, idealizador da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação e presidente da Associação das Pioneiras Sociais; a doutora em neuropsicologia Lúcia Willadino Braga, presidente e diretora-executiva da instituição; e o deputado federal Alcení Guerra, ex-ministro da Saúde e que representou a Câmara dos Deputados.

Após o pronunciamento de Garibaldi, o senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) lembrou que, como governador do Maranhão, ajudou a instalar um hospital da rede no estado, o qual havia determinado o então presidente da República, hoje senador, José Sarney (PMDB-AP). Disse que atualmente tem "uma sobrevivência" devido ao tratamento recebido em hospital

da Rede Sarah.

Romeu Tuma (PTB-SP) afirmou que estava ainda em pé graças ao atendimento obtido em hospital da rede quando teve um problema no joelho. Emocionado, disse que Campos da Paz e Lúcia Braga são "um exemplo maravilhoso" de pessoas que seguem o ensinamento de Jesus Cristo.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou que sua esposa, há três anos, teve uma súbita dor cervical e foi atendida por Campos da Paz. O médico explicou não ser mais costumeiro operar hérnia de disco – que era o problema dela –, mas que, naquele caso, a cirurgia era o procedimento necessário. No dia seguinte, a cirurgia foi realizada pelo próprio idealizador da Rede Sarah, com grande sucesso, relatou o senador. Mozarildo também pediu a instalação de uma unidade da rede na Amazônia Ocidental.

Paulo Duque (PMDB-RJ) relatou o episódio no qual escreveu

uma carta para a direção da Rede Sarah em Brasília, solicitando auxílio para um amigo de seu filho acidentado em Maringá. Em poucos dias, afirmou, uma ambulância foi buscá-lo.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) agradeceu "a formosura" que Lúcia Braga sempre atendeu a seus pedidos. A senadora requereu a instalação de um hospital no Rio Grande do Norte, pleito que contou com o apoio de Garibaldi Alves.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou ser "uma solução pequena" o argumento daqueles que dizem que a Rede Sarah só funciona porque tem dinheiro e propõem repartir esses recursos com o restante dos hospitais do país. Para ele, o importante é descentralizar a eficiência obtida, e não retirar a verba para que a rede fique nas mesmas condições de outras instituições de saúde no país.

Mão Santa (PMDB-PI) declarou que Campos da Paz transformou Brasília em "um centro de me-

dicina de alta respeitabilidade e credibilidade". O médico, de acordo com o senador, acabou com a afirmação de que o melhor hospital da capital federal é o aeroporto.

Formação

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ressaltou que a entidade é um local para a formação de profissionais e onde as pessoas são tratadas com respeito e carinho. Ele pediu a instalação de uma unidade do Sarah no Acre. Em pronunciamento sucinto, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) agradeceu à instituição em nome de todos os seus conhecidos que lá estiveram.

Pedro Simon (PMDB-RS) destacou que os hospitais da Rede Sarah "custam menos que qualquer outra instituição de saúde, porque sua eficiência é real". Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a rede reinventou o conceito de público, ao se tornar uma instituição estatal que tem o mais alto grau de eficiência. Para Cristovam, a Rede Sarah também mudou o conceito de servidor público para servidor do público.

Ao encerrar a homenagem, o senador Tião Viana (PT-AC) – que naquele momento presidia a sessão – afirmou que a Rede Sarah de Hospitais é "uma utopia de alguém que acredita que o setor público pode desenvolver um serviço de excelência". Em sua avaliação, a entidade "funciona com eficiência quando o assunto é a boa aplicação dos recursos públicos."

O idealizador da rede também falou na sessão. Campos da Paz recordou que a Rede Sarah foi criada por meio de decreto do então presidente José Sarney. "Isso abriu a porta para que nós caminássemos para o futuro." Os hospitais começaram então a ser implantados, inspirados no serviço público de saúde da Inglaterra, onde o médico estudara.

O deputado Alcení Guerra (DEM-PR) agradeceu o atendimento prestado por Aloysio Campos da Paz e Lúcia Braga, quando sofreu um grave acidente. O deputado Laerte Bessa (PMDB-DF) agradeceu o atendimento recebido no Sarah, onde também se recuperou de um acidente.

Garibaldi: atuação de médicos e funcionários é um símbolo de eficiência

Ao abrir a homenagem à Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, na hora do expediente de ontem, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, disse que a instituição é um símbolo de eficiência e de humanismo no atendimento a milhões de pacientes com problemas no sistema nervoso central e no aparelho locomotor.

O senador foi o autor do requerimento da homenagem pelos 48 anos de fundação da Rede Sarah, que conta com unidades no Amapá, Pará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Ceará, Rio de Janeiro e em Brasília, onde funciona o Centro Internacional de Pesquisas em Reabilitação.

Garibaldi Alves Filho disse ainda que a imagem pública de uma instituição é o seu maior patrimônio e que a Rede Sarah é vista pela sociedade e pela classe médica

como modelar na área de saúde. Esse aval positivo, segundo ele, decorre dos bons serviços prestados a milhões de pacientes ao longo dos últimos 48 anos.

O presidente do Senado ressaltou também a competência técnica dos médicos e das equipes de apoio da rede de hospitais, cujos princípios humanitários atravessaram fronteiras, fazendo com que hoje a instituição seja procurada por profissionais de todo o mundo em busca de aperfeiçoamento técnico, oferecido por meio do curso de mestrado em Ciências da Reabilitação na unidade de Brasília.

Garibaldi destacou a participação da diretora-executiva da Rede Sarah de Hospitais, Lúcia Braga, na conferência internacional sobre traumatismo cerebral, realizada nos Estados Unidos em novembro

deste ano. Única brasileira presente ao evento, a médica vai participar de uma força de trabalho criada pelo Congresso norte-americano para buscar soluções para a reabilitação de soldados vítimas de trauma craniano, informou o senador.

O senador lembrou ainda a arquitetura dos estabelecimentos, concebida para humanizar o ambiente hospitalar – sem descuidar dos aspectos funcionais –, com atributos estéticos e econômicos, ambientes flexíveis, humanizados e acessíveis, que valorizam a economia de energia, a ventilação e o emprego da luz natural. Ele saudou ainda o arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé, e disse que o uso de material

resistente e de soluções arquitetônicas inovadoras pelo Sarah tornou-se um paradigma para diversas instituições.

Outra característica da entidade, ressaltou o presidente do Senado, é a capacitação profissional do corpo médico e do pessoal especializado.

A equipe atua com dedicação exclusiva no atendimento a pessoas em "momentos particularmente difíceis". Depois de saudar os funcionários da entidade e

da Fundação das Pioneiras Sociais, que administra a Rede Sarah, Garibaldi deu um testemunho sobre o atendimento na unidade de Brasília: – Não tenho deixado em paz quem trabalha na Rede Sarah. Quando vejo que

já saturei de pedidos um funcionário, fico apelando para outro, para outro e para outro, para que nós tenhamos atendimento. A demanda vinda de nossos estados é muito grande – concluiu Garibaldi Alves.

Antes de proferir o seu discurso, o senador leu artigo publicado na edição do jornal *Correio Braziliense* de 11 de novembro, em que o jornalista Ari Cunha rememora o processo de criação da Rede Sarah de Hospitais, com papel de destaque para o médico carioca Aloysio Campos da Paz.

O artigo também cita relatório que aponta o total de 18.760.254 procedimentos realizados pelas equipes médicas e de funcionários da instituição hospitalar, que beneficiaram 1.576.147 brasileiros oriundos de todos os estados.

A instituição foi criada por decreto assinado pelo então presidente da República, José Sarney

Em 48 anos, hospitais da Rede Sarah atenderam mais de 1,5 milhão de brasileiros de todos os estados



Na reunião da CCI do Senado, Marco Maciel (E) e o relator Jarbas Vasconcelos, que conversa com Antonio Carlos Júnior

Projeto dos Sacoleiros é enviado à sanção

Câmara aprovou a proposta que já havia recebido o voto favorável do Senado. Projeto visa trazer para a legalidade microempresários que adquirem produtos no Paraguai

A CÂMARA APROVOU ontem emenda do Senado ao projeto de lei que cria o Regime de Tributação Unificada (RTU) para a importação de mercadorias do Paraguai por via terrestre. A proposta já havia sido aprovada pela Câmara em março deste ano, mas retornou aos deputados após receber emendas do Senado. Com a aprovação, a proposta segue para sanção presidencial.

A emenda isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as áreas de livre comércio de Tabatinga (AM), Guajará-Mirim (RO), Brasília (AC) e Cruzeiro do Sul (AC). Outras quatro emendas foram rejeitadas.

O RTU terá apenas uma alíquota, de 42,25%. A proposta (PLC 27/08) simplifica a cobrança dos impostos e contribuições federais incidentes sobre importação. Essa cobrança será feita uma única vez das empresas que optarem pelo novo regime. Os estados poderão integrar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao RTU mediante convênio com o governo federal.

para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); 7,6% para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e 1,65% para a contribuição do Programa de Integração Social (PIS).

O Poder Executivo deverá elaborar uma lista de produtos permitidos para importação, bem como as quantidades e o fluxo trimestral ou semestral em que poderão ser adquiridos. A lista será revista de acordo com o impacto que causar na economia brasileira.

Discussões

A matéria foi relatada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que acolheu parcialmente seis emendas e uma integralmente. Na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), aceitou uma emenda.

A relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Serys Slhessarenko (PT-MT), ofereceu parecer favorável à matéria, rejeitando todas as emendas.

Mas concordou em votar conforme os relatórios de Suplicy e Jereissati, para respeitar acordo entre as lideranças partidárias. Ela fez questão de ressaltar, no entanto, sua posição contrária às mudanças. O relator da matéria na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Adelmir Santana (DEM-DF), também ofereceu parecer favorável, mas, como Serys, rejeitou as emendas.

As votações foram simbólicas, porém, os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Jefferson Praia (PDT-AM) votaram contra o projeto, por entenderem que o RTU pode prejudicar o Pólo Industrial de Manaus. Para Virgílio, a proposta concede "tarifa privilegiada a importadores com sede no Paraguai, o que beneficiará produtos de países como China e Taiwan".

Proposta simplifica cobrança de impostos e contribuições sobre importação

Câmara aprova mudanças do Senado na Lei do Gás

A Câmara dos Deputados aprovou ontem as emendas do Senado ao Projeto de Lei 6.673/06, do Executivo, que institui uma nova Lei do Gás, regulamentando o transporte, a exploração, a estocagem, o processamento e a comercialização do gás natural. A proposta foi aprovada em 2007 pela Câmara, e retornou agora com emendas negociadas pelos senadores com o governo e representantes do setor. Ela segue para sanção presidencial.

A maior parte das dez emendas é de redação e visa dar maior segurança jurídica ao setor. A principal mudança em relação ao texto aprovado anteriormente pelos deputados é a liberação para as empresas montarem a infra-estrutura de transporte de gás para consumo próprio, comprado diretamente

do produtor. Essa infra-estrutura poderá depois ser incorporada ao patrimônio estadual, desde que haja indenização à empresa. Essa modalidade de produção para o consumo de um único usuário, seja por importação ou compra de gás em grande quantidade, foi complementada pelas emendas.

Segundo o relator da proposta na Câmara, deputado João Maia (PR-RN), o grande mérito da lei aprovada na Câmara com emendas do Senado foi conciliar os interesses entre produtores, distribuidores e consumidores de gás natural, que agora vão poder atuar em condições estáveis.

A maioria das alterações feitas pelo Senado foi proposta pelo relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). As mudanças

envolveram negociações com o Ministério de Minas e Energia, a Petrobras, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e entidades do setor privado. Jarbas Vasconcelos disse ter incorporado as sugestões ao seu relatório porque o entendimento "resguarda a competência dos estados na distribuição do gás natural".

Concessão

O modelo mantém a concessão como regra para a exploração de gasodutos, embora as instalações decorrentes de acordos internacionais, ou que atendam a um único usuário final, possam seguir no regime de autorização. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) pode prorrogar as atuais autorizações para exploração de gasodutos internacionais por até 30 anos.



Genaldino Magalhães

Senador lembra que PEC precisa ainda ser aprovada em Plenário

Jayme Campos comemora PEC dos novos municípios

O senador Jayme Campos (DEM-MT) comemorou em Plenário a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do relatório do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) favorável à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12A/04, que confirma a criação, a fusão, a incorporação e o desmembramento de 57 municípios.

Conforme explicou Campos, os municípios chegaram a realizar eleições e dar posse a prefeitos e vereadores, processos suspensos por decisão do TSE, e todos eles correm o risco de retroceder à condição de distrito em razão da decisão caso a PEC não seja aprovada ainda este ano, alertou o senador.

Jayme Campos protestou também contra a crescente onda de violência no município de Campo Verde, no interior de seu estado, onde, nos últimos dias, duas lojas de redes nacionais de eletrodomésticos foram assaltadas.

Virgílio quer saber para quem Brasil vendeu armas

Durante a sessão deliberativa de ontem, o líder do PSDB no Senado Federal, Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento solicitando informações ao Ministério da Defesa sobre suposta venda de cem mísseis brasileiros para o Paquistão.

O senador informou que, no último dia 3, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou matéria intitulada "Em meio à crise na Ásia, Brasil vende mísseis a Islamabad", segundo a qual o país teria vendido armas ao Paquistão por intermédio da empresa Mectron, de São Paulo.

Arthur Virgílio, em seu requerimento de informações, solicita que o Ministério da Defesa indique nominalmente os países para os quais o Brasil, nos últimos cinco anos, teria vendido armamentos e artefatos bélicos, como aviões militares e viaturas de combate e outros equipamentos similares.



Genaldino Magalhães

Arthur Virgílio quer relação das vendas dos últimos cinco anos

Convocada sessão extraordinária para terça-feira

Na presidência dos trabalhos da sessão plenária de ontem, o senador Mão Santa (PMDB-PI) comunicou a convocação de sessão deliberativa extraordinária para a próxima terça-feira, às

10h. Pouco antes, às 9h, haverá sessão especial para homenagear a Eletrosul Centrais Elétricas pelos seus 40 anos de fundação. Essa sessão estava inicialmente marcada para as 11h.



Márcio Kallume

Adelmir Santana relatou o projeto na Representação Brasileira no Parlasul

Reestimativa do relator da Receita do projeto de Orçamento, deputado Jorge Khoury, leva em conta a previsão de queda na arrecadação federal no próximo ano, devido aos efeitos da crise sobre a economia brasileira

Repases a estados e municípios podem ter redução de R\$ 4,72 bilhões em 2009



Investimentos na área social serão preservados, segundo Delcídio

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou o relatório do deputado Jorge Khoury (DEM-BA) com a segunda reestimativa da receita federal para 2009. Em relação à primeira reestimativa, a queda na arrecadação federal será de R\$ 15,34 bilhões, o que representa perda líquida de R\$ 10,62 bilhões para o Orçamento da União no próximo ano e redução de R\$ R\$ 4,72 bilhões de repasses obrigatórios a estados e municípios.

O crescimento verificado nos três primeiros trimestres do ano não deve se repetir em 2009, disse, devido aos efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira. Por isso, ele ajustou a projeção de crescimento do produto interno bruto (PIB) no próximo ano para 3,5%, um ponto abaixo do que foi estimado no projeto de Orçamento elaborado pelo Executivo e meio ponto a menos em relação à mais recente reestimativa do governo, de novembro.

Apoio governista

Mesmo discordando da projeção de crescimento de 3,5%, o líder do governo, deputado Gilmar Machado (PT-MG), encaminhou voto a favor do relatório. Segundo ele, diversos fatores contribuem para que a atividade econômica seja compatível com a última reestimativa do governo. Citou o ganho real do salário mínimo e a perspectiva de regularização da taxa de câmbio, o que contribuirá para que as empresas estrangeiras no país suspendam o envio de recursos para as matrizes.

O deputado afirmou ainda que novas medidas serão anunciadas pelo presidente Luiz Lula para estimular a economia. Ele lembrou que ontem o governo federal divulgaria a criação de novas alíquotas do Imposto de Renda, com ganhos para as classes C e D.

Em relação à proposta que o Executivo enviou ao Congresso, em agosto, o corte bruto

sobre a arrecadação será de R\$ 6,09 bilhões, com ajuste líquido de R\$ 2,74 bilhões após a dedução das transferências a estados e municípios. Com base na primeira reestimativa de receitas, em valor líquido de R\$ 7,9 bilhões, foram inseridas emendas parlamentares para novas despesas. Assim, o ajuste global na proposta orçamentária, considerando a preservação das emendas, sobe para R\$ 10,64 bilhões.

Delcídio Amaral (PT-MS), relator-geral do Orçamento, reafirmou que os cortes serão distribuídos entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Chegou a hora, disse, da "calibragem fina", para definir que despesas serão reduzidas. Ele afirmou que serão preservados os investimentos e despesas das áreas sociais. Conforme o senador, o relatório final do projeto de Orçamento deve ser divulgado hoje ou, no mais tardar, no fim de semana.



"O estado, que já é pobre, está se acabando", afirma Mão Santa

Mão Santa denuncia apagão no Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que várias cidades do sul do Piauí sofreram um apagão de energia elétrica que se estendeu por 27 horas. Ele pediu ao presidente Lula que seja grato com o povo do estado, que elegeu um governador do PT, e solucione o problema.

Mão Santa também mencionou que 78 municípios piauienses estão em estado de emergência por causa da seca, e que o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) foi cortado em cem cidades.

– O estado, que já é pobre, está se acabando – lamentou.

O parlamentar salientou a importância do equilíbrio federativo exercido no Senado, assinalando que um estado pequeno iguala-se a outro, rico, porque ambos têm o mesmo número de senadores.

Congresso pode votar o Orçamento na quarta-feira

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), programou reuniões do colegiado para terça e quarta-feira da próxima semana em três horários – 10h, 14h e 18h –, a fim de votar o relatório final apresentado pelo relator-geral do Orçamento, senador Delcídio Amaral. O deputado quer que a decisão ocorra na terça-feira, ficando os demais dias da semana para o agendamento da votação do texto no Plenário do Congresso.

Na reunião de ontem, Delcídio anunciou quando pretende tornar público seu relatório.

– Hoje e amanhã trabalharemos no fechamento do Orçamento com a equipe de consultores. Queremos concluir o trabalho até amanhã [hoje] à noite e, no fim de semana, publicar pelo menos na internet o relatório final de 2009, para podermos votá-lo terça-feira na comissão e quarta-feira no Plenário do Congresso.



Jorge Delmonte, João Souto, Paulo César Ribeiro Lima e Mário Jorge acompanham manifestação de Marconi Perillo (D)

Marconi: leilões da Aneel privilegiam energia suja

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) criticou a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de oferecer, nos últimos leilões, a chamada energia suja – com destaque para a que emite gás carbônico –, em detrimento de outras fontes não-poluíntes. Segundo Marconi, 70% do que foi licitado para as termoelétricas não têm origem em matriz considerada

limpa, "o que contribuirá em muito para piorar a sustentabilidade ambiental brasileira".

A crítica do parlamentar foi feita durante o 9º Seminário Nacional de Petróleo e Gás Natural no Brasil – Desafios e Oportunidades, que reuniu especialistas do setor no auditório do Programa Interlegis, órgão do Senado. Ele defendeu a diversificação da matriz ener-

gética brasileira, com ênfase ao biocombustível, etanol, e gás natural. Também sugeriu que a importação de gás liquefeito seja feita por navios, até que seja regularizado o fornecimento do gás boliviano.

Marconi, que preside a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), defendeu a auto-suficiência do gás, a exemplo do que foi feito com o petróleo.

Garibaldi participa em Natal de fórum do Legislativo

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, e o 1º secretário da Mesa, senador Efraim Morais (DEM-PB), participam amanhã do Fórum de Integração do Legislativo, no Auditório Albano Franco, da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, em Natal, a partir das 8h30.

O encontro, que será transmitido por videoconferência para todas as assembleias legislativas do país e pelo portal Interlegis, vai reunir vereadores, prefeitos e vice-prefeitos eleitos em 2008 para orientá-los na execução das suas funções.

Eles irão assistir a palestras de especialistas sobre os seguintes temas: história política do Brasil e o papel dos municípios; legislação municipal; nepotismo; controle externo; e elaboração do orçamento e obtenção de recursos federais.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Tião Viana • Gilvam Borges • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Duque defende candidatura de um político do Rio à Presidência

“Chegou a vez do Rio de Janeiro.” Com essa frase, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) defendeu ontem, em discurso, a candidatura de um político cuja trajetória tenha sido construída no estado do Rio para a Presidência da República nas eleições de 2010 – “e não escolhido pelas armas, pela revolução, pela sorte, mas dentro do atual regime”.

– É a ordem natural das coisas. O Rio nunca teve um presidente da República eleito. Não que nasceu no estado, mas que fez política lá. Não há condição de não ser agora – disse.

Em um debate com o senador Mão Santa (PMDB-PI), que presidia os trabalhos da sessão plenária, Paulo Duque citou a chamada política do “café-com-leite”, em que se alternavam



“O Rio nunca teve um presidente da República eleito”, lamenta Paulo Duque

na Presidência políticos de São Paulo e de Minas Gerais, e que vigorou até 1930.

– Chegou a vez dos estados que nunca tiveram condições de eleger um presidente da República – declarou, referindo-se, inclusive, ao Piauí, estado de Mão Santa.

Mozarildo lembra obra de Ottomar em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou a memória do ex-governador de Roraima Ottomar Pinto, falecido há um ano. O senador registrou a coincidência de se lembrar a passagem do aniversário de sua morte no Dia do Engenheiro, uma vez que Ottomar, frisou, foi um “engenheiro de importância magna para o estado de Roraima”.

O parlamentar lembrou que Ottomar – além de engenheiro, foi médico, advogado, administrador e oficial da Aeronáutica – exerceu o governo do então território federal de Roraima e “carregou a bandeira da transformação em estado”, sendo responsável pela criação de 13 de seus atuais 15 municípios. Ainda de acordo com Mozarildo, Ottomar criou vários bairros



Mozarildo: homenageado preparou o território para ser estado

na capital, Boa Vista, diversas escolas e hospitais pelo interior e também a Companhia de Desenvolvimento de Roraima e o Parque Anauá.

– Foi um homem que preparou o território para ser estado – ressaltou ele, ao acrescentar que o brigadeiro Ottomar Pinto foi o primeiro governador eleito de Roraima, criando o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e a assembléia legislativa.

O senador ainda leu trechos de um cordel do poeta José Norberto de Mesquita em homenagem ao ex-governador Ottomar Pinto.

Marco Maciel registra posse de Luiz Paulo Horta na ABL

O senador Marco Maciel (DEM-PE) registrou ontem em Plenário a posse do jornalista, crítico de música e teólogo Luiz Paulo Horta na cadeira 23 da Academia Brasileira de Letras, no final de novembro. A cadeira foi ocupada sucessivamente por Machado de Assis, Lafayette Rodrigues Pereira, Alfredo Pujol, Otávio Mangabeira, Jorge Amado e Zélia Gattai.

Editorialista do jornal *O Globo* desde a década de 90, Luiz Paulo Horta começou a trabalhar como crítico no *Jornal do Brasil* em 1970 e, entre 1985 e 1990, foi responsável pela seção musical do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Em seu pronunciamento, Maciel elogiou a análise de Machado de Assis feita por Luiz Paulo Horta em seu dis-



Marco Maciel elogia análise da obra de Machado de Assis feita por Horta

curso de posse. – Ele demonstrou, no seu discurso, um grande conhecimento de Machado de Assis, que é seguramente o maior escritor brasileiro, porque, além de estar atento a tudo o que era humano, foi uma pessoa que produziu em todas as áreas e em todos os gêneros literários – disse o senador.

Senadora exige esclarecimento sobre uso de R\$ 1 bilhão em obras no estado de Mato Grosso, já que empreendimentos necessários ao escoamento da produção estão parados

Serys pede a demissão do superintendente do Dnit/MT

A SENADORA SERYS Silhessarenko (PT-MT) pediu ontem a demissão do superintendente do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) em Mato Grosso, Rui Barbosa Igual. Segundo ela, o órgão tem atuado de forma suspeita, mas o superintendente não atende pedidos de esclarecimentos por parte da senadora e não dá satisfação nem ao diretor-geral do Dnit, Antônio Pagot, nem ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

– Gostaria de falar apenas das coisas boas e dos fatos positivos do nosso governo, mas infelizmente não é bem assim. A unidade do Dnit no meu estado foi transformada em uma caixa de segredos. Não respondo a um telefonema nosso. E não adianta o diretor-geral mandar, determinar, bater o pé, dizer que não aceita mais. É só chegar uma ação que seja desta senadora que a ordem é dura, é para enrolar até cansar



Serys: “Quero abrir aquela caixa de segredos”

– protestou.

Serys mencionou a prefeitura da cidade de Confresa, comandada pelo PT, como uma das administrações que ficam vários meses aguardando providências.

A senadora lembrou que esse tipo de atitude vai contra todas as determinações do presidente Lula quanto à transparência no serviço público.

– Já informei, pessoalmente, essa situação ao ministro dos Transportes. E atentem ao que ele me disse, desolado: “Trata-se, senadora, da unidade do

Dnit com o pior desempenho do Brasil” – relatou

Por isso, Serys afirmou que passou a exigir o afastamento do superintendente para Alfredo Nascimento, para Pagot e até para a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

– Quero abrir aquela caixa de segredos e vou abrir – advertiu Serys.

A parlamentar salientou mais especificamente que quer saber onde estão

sendo aplicados mais de R\$ 1 bilhão em obras no estado, uma vez que não foi apresentada nenhuma solução para a construção da BR-158, por exemplo, e estima-se um prejuízo de mais de R\$ 180 milhões com o adiamento da licitação. Em igual compasso de espera estão as obras da BR-163.

No que se refere ao Programa Integrado de Revitalização de rodovias, a senadora frisou ter informação de arranjos para a escolha antecipada de empreiteiras.

Arthur Virgílio denuncia intimidação de jornalista

Arthur Virgílio (PSDB-AM) denunciou ontem a intimidação que, segundo ele, vem sofrendo a jornalista Adriana Vandoni, do *blog* www.prosaepolitica.com.br. Segundo carta encaminhada ao senador, Adriana disse ter descoberto, em notícia publicada na imprensa, que é ré em um processo movido pelo diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot, em razão de informação publicada em seu *blog*.

Na carta, a jornalista observa que esta não é a primeira vez que Luiz Antônio Pagot tenta intimidá-la. “Quando ainda escrevia para o jornal *A Gaze-*

ta, ele costumava ligar para o diretor do periódico, Dorileo Leal, pedindo para cortar minha coluna, o que acabou acontecendo, mas por minha vontade. Recebia recados de enviados dele, mas jamais levei adiante. E não pretendo me curvar ao autoritarismo de Pagot”, afirma a jornalista, em trecho da carta lida por Arthur Virgílio.

Adriana Vandoni, disse o senador, informou que seu *blog* tem acesso bloqueado nas repartições públicas estaduais de Mato Grosso.

O Ministério Público Federal no Distrito Federal pede o ressarcimento da remuneração recebida por Pagot entre 1995

e 2002, quando, segundo a denúncia, teria acumulado indevidamente o cargo público de secretário parlamentar no gabinete do então senador Jonas Pinheiro e a função de diretor-superintendente em empresa de propriedade de Maggi. O Ministério Público quer a devolução de R\$ 430 mil corrigidos e o pagamento de indenização pelos danos morais causados ao Senado.

– Como é que se desmente isso? É calando a voz da jornalista? A democracia é um bem que conquistamos com muita luta, e explicações devem ser dadas por quem é acusado pela via da imprensa – afirmou.

Simon ressalta trajetória de gaúchos rumo a Mato Grosso

Pedro Simon (PMDB-RS) deu continuidade ontem à série de pronunciamentos que vem fazendo a respeito da diáspora dos sul-rio-grandenses – desta vez registrando a migração para o estado de Mato Grosso, iniciada há pouco mais de três décadas, em busca de uma nova fronteira agrícola. O parlamentar discorreu, durante o ano, sobre a presença de gaúchos em estados como Santa Catarina, Paraná, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Bahia, Piauí e Maranhão.

– Essa história renderia um filme épico – opinou.

Em busca de mais chances para incrementar a produção, os pioneiros gaúchos deixaram seu estado e se dirigiram a Mato Grosso, principalmente para as cidades de Primavera do Leste,

Campo Verde e Rondonópolis, como explicou o senador.

– Os imigrantes gaúchos foram responsáveis pela atual conformação econômica do estado, principalmente na área agrícola – disse.

Os centros de tradições gaúchas (CTGs) em Mato Grosso e em todo o país, segundo o senador, mantiveram viva a memória dos pioneiros que, “com trabalho árduo e amplo conhecimento de agricultura, transformaram em celeiros” os estados aos quais chegaram.

Mato Grosso tem hoje o maior rebanho do Brasil, com 27 milhões de cabeças de gado, e produz 22 milhões de toneladas de grãos na safra de 2005/2006.

Além da agricultura, os mi-

“Essa história renderia um filme épico”, afirma Simon



Foto de Gerardo Magalhães

grantes gaúchos também fazem história na política, observou Simon. Dois senadores de Mato Grosso são gaúchos: Serys Silhessarenko (PT) e Gilberto Goellner (DEM). O atual governador do estado, Blairo Maggi, é gaúcho. Senadores de outros estados também são gaúchos, como Neuto de Conto (PMDB-SC) e Raimundo Colombo (DEM-SC).

Audiência: declaração faz 60 anos, mas direitos humanos ainda engatinham

O caminho a ser percorrido é longo, segundo ressaltaram ontem os senadores e convidados participantes da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa (CDH) para debater os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – comemorados oficialmente no dia 10 dezembro – e as ações da CDH, presidida pelo senador Paulo Paim no biênio 2007-

2008. Paim disse que a comissão tem se empenhado em discutir temas relacionados a violência, igualdade racial, pessoas com deficiência, idosos, aposentados, índios, crianças e adolescentes.



Paulo Paim (D), parlamentares e convidados da audiência acompanham apresentação de Mãe Railda Rocha Pitta na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Luta contra as diversas faces da discriminação

Ao abrir ontem a última reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em 2008, o senador Paulo Paim (PT-RS) despediu-se da presidência do colegiado e afirmou que a CDH trabalhou pela garantia dos direitos de todos os brasileiros e contra a discriminação sofrida por diversos segmentos da população. No início da audiência, houve uma apresentação do cantor e compositor Dante Ramon Ledesma.

Paim destacou que a comissão abordou temas relacionados à violência, aos direitos pela igualdade racial, assim como aos direitos das pessoas com deficiência, dos idosos, das crianças e adolescentes, entre outros. Observou ainda que 2008 foi o ano dos 120 anos da abolição – que, para ele, não está concluída.

Paim vai propor 10 de dezembro como feriado internacional

Paulo Paim vai propor na próxima segunda-feira, na Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que o dia 10 de dezembro torne-se feriado internacional, por ter sido a data, em 1948, de assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

– Não sei ainda como fazer, se por meio de projeto ou outra forma, mas cria o primeiro feriado internacional – afirmou.

Um pouco antes de Paim encerrar o evento, a presidente do Instituto Cultura e Paz, Rosemeire Rodrigues dos Santos, fez um relato sobre a violência no ambiente escolar, que, segundo avaliou, manifesta-se por causa do sentimento de exclusão social.

“Reflexão sobre o que foi alcançado e o que resta fazer”

“Esta data, especial para a Humanidade, é um momento de muita reflexão sobre o que já foi alcançado e o que ainda resta por fazer.” A afirmação foi feita por Alziro de Paiva, que representou a Fundação Paiva Neto na audiência pública.

Também convidado para a reunião, o subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, Perly Cipriano, lembrou que a Declaração Universal dos Direitos Humanos continua uma carta de princípios “a ser realizada no dia-a-dia”.

A discriminação contra aposentados e pensionistas foi abordada pelo coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto de

Carvalho. Já a responsável pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), Izabel Maria Maior, pediu a aprovação do projeto de Paulo Paim (PT-RS) que institui o Estatuto das Pessoas com Deficiência.

No debate, ainda, a representante da Associação de Mulheres Brasileiras (AMB) Guacira Cesar de Oliveira ressaltou a importância das mulheres sob a ótica dos direitos humanos.

A diretora do Programa para Comunidades Tradicionais, órgão subordinado à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ivonete Carvalho, pediu a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2009.

Para senadores, documento consagra princípios da igualdade

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) disse que ele próprio luta, há 50 anos, pelos direitos humanos e pelos direitos de inclusão das minorias.

– Vamos lutar por uma sociedade de “discriminação zero”.

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), a grande bandeira da Declaração Universal dos Direitos Humanos é a igualdade plena, que assegura o fim da discriminação religiosa ou racial.

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos deve ser grandiosa pela consagração dos princípios de igualdade que beneficiam mulheres e negros, por garantir que ninguém possa permanecer preso sem processo formal e por permitir que todos tenham

direito ao seu corpo.

Eduardo Suplicy (PT-SP) falou sobre sua visita ao Acre, para participar de homenagem ao líder seringueiro Chico Mendes. Ele lembrou ainda sua visita à Casa Fundação de Iaras (SP), antiga Febem, onde dezenas de rapazes infratores estão detidos. O senador protestou pelo fato de seis deles estarem isolados, há 11 dias, numa sala de castigo, por terem realizado um ato de rebeldia.

Mesquita Júnior (PMDB-AC) destacou que o mundo ainda trabalha pela inclusão das minorias e das vítimas dos dramas mais severos da Humanidade.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) declarou que o fundamental é defender o direito, de todos e de cada um, de ser cidadão pleno de um país.

Busca de “mais dignidade” para as pessoas

O representante da Central de Trabalhadores do Brasil (CTB), Moisés Leme da Silva Neto, criticou a falta de investimento dos governos nas causas sociais que podem trazer “mais dignidade” às pessoas.

Outro assunto abordado durante a audiência da CDH foi a eleição do brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade para juiz do Tribunal Internacional de Justiça, em Haia. O presidente do Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosp), Edison Guilherme Haubert, afirmou que essa escolha pode representar um avanço nas questões de direitos humanos.

O presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Antônio Luiz Martins dos Reis – Toni Reis –, voltou a defender a aprovação do PLC 122/06, proposta que torna crimes a discriminação e o preconceito contra homossexuais.

O representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Severino Marques de Oliveira, pediu ao senador Paulo Paim, presidente da CDH, que atue junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça para que aquele colegiado decida rapidamente em benefício das pessoas que foram torturadas durante a ditadura militar.

O relator na Câmara do projeto de lei de Paulo Paim que institui o Estatuto da Igualdade Racial, deputado Antônio Roberto, informou que a votação da proposta foi adiada para a próxima quarta-feira. O deputado disse que o projeto (PLS 213/03), que tramita na Câmara como PL 6.264/05, precisa ser aprovado para que haja a “inserção” dos afrodescendentes e a reparação do que considera “um erro histórico”.



Documento defende indicação de senador

Cristovam para diretor da Unesco

Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem que o documento de apoio à indicação de Cristovam Buarque (PDT-DF) para o cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) já tem a assinatura de 77 senadores.

A iniciativa de Mesquita Júnior (PMDB-AC) e de Paim visa sensibilizar o presidente Lula para que indique Cristovam para a Unesco e, assim, garanta mais uma presença do Brasil em cargos internacionais de grande destaque cultural e educacional. O documento será enviado ao Palácio do Planalto esta semana.

AI-5: Rádio Senado exhibe áudio inédito

O quadragésimo aniversário do mais contundente ato institucional da ditadura militar, editado em 13 de dezembro de 1968, será lembrado pela Rádio Senado com o especial *40 anos do AI-5*.

O programa terá a veiculação inédita do áudio do encontro entre o presidente Costa e Silva com ministros, para a apresentação do texto que seria assinado. A produção vai ao ar hoje, às 18h, com reprise amanhã, às 10h, e domingo, às 17h.

Também hoje, às 7h30, no *Visão Política*, a Rádio Senado aborda a criação de municípios no Brasil, desde o período colonial. O convidado é o professor de História da UnB e consultor do Senado, Antônio Barbosa.

Na segunda-feira, no programa *Fique por Dentro da Lei*, às 10h, a promotora Maria Lúcia Moraes falará sobre o movimento “O que você tem a ver com a corrupção?”.